

COABITAÇÃO HOMEM-FAUNA SELVAGEM **NO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS** **UM BOM EXEMPLO DE UMA MÁ EVOLUÇÃO**

O Parque Nacional da Peneda-Gerês não é excepção no conjunto das Áreas Protegidas portuguesas. Trata-se de um espaço natural em grande parte ocupado por comunidades rurais, que neste caso dão continuidade a uma presença humana de cerca de 5.000 anos.

Debater de que forma tem evoluído a Natureza em geral, as populações de fauna selvagem em particular, neste território, ou perspectivar o seu futuro tendo em vista a salvaguarda do património natural que o caracteriza, nomeadamente a defesa e a conservação das espécies de animais silvestres, impõe que nos debrucemos sobre uma coabitação em que se confrontam, por um lado, o Homem, e o seu interesse em usufruir os recursos naturais existentes, e por outro, as espécies selvagens e a necessidade que têm de disponibilidade de alimento e tranquilidade, para sua sobrevivência.

Recuando alguns séculos, nesta região montanhosa do noroeste peninsular uma população diminuta distribuída por comunidades rurais isoladas e muito pobres, praticando uma agricultura de subsistência, foi sabendo conviver com uma fauna selvagem rica onde abundavam espécies emblemáticas cuja sobrevivência muito beneficiou das inacessibilidades do espaço e também dos meios rudimentares com que o Homem nele interferia. Este território tornou-se o último refúgio em Portugal de várias espécies como o urso-pardo, a cabra-montês e o galo-montês. Se nessas épocas não haviam preocupações ambientais, a fauna resistia porque o poder de intervenção do Homem era diminuto. E estas “remotas” paragens estavam de todo esquecidas.

A pouco e pouco a situação foi-se desequilibrando em desfavor da fauna selvagem. Mas não só. O “progresso”, os modelos de desenvolvimento promovidos pelo Homem, reduziram e isolaram as populações animais, atirando muitas espécies para a lista negra das extinções. As mais emblemáticas quase todas já se perderam. Restam as que se souberam adaptar à nova coexistência. O lobo é o melhor exemplo, mas nem por isso deixa de estar ameaçado. Abordamos uma evolução que ainda é mais lamentável pelo facto de Hoje não podermos sequer dizer que tal evolução foi ditada pela melhoria das condições de vida das populações residentes. Nos 70.000 hectares onde há trinta e cinco anos foi delimitado o único parque nacional português, quem continua a residir neste espaço, dependendo exclusivamente dos seus recursos, dá corpo a uma população envelhecida, de comunidades desfiguradas pela emigração, gente que partiu para os grandes centros populacionais, próximos, ou de países mais ou menos distantes. À pobreza do Homem que vinha de trás, juntou-se então a de uma fauna selvagem, progressivamente mais perseguida por um conjunto de factores que a criação da Área Protegida não conseguiu suster. Porquê?

Desde logo porque a coabitação se foi alterando. À coabitação a dois, do passado, há que acrescentar um novo elemento emergente. Um Homem novo, proveniente do exterior, multifacetado. A distribuição de subsídios promovida pela política comunitária fomenta a criação de gado. O benefício aumenta com o número de cabeças de gado – essencialmente bovino e cavalar – que hoje pasta abandonado, na maioria dos casos sem qualquer controlo ou acompanhamento de pastores e incidindo em todo o território do

Parque Nacional. Ligado a este pastoreio intensivo, que tudo invade, estão as queimadas descontroladas, fonte de uma destruição progressiva do coberto vegetal autóctone, levando-o a um empobrecimento por perda de biodiversidade, pela fragmentação e pela redução drástica das áreas por ele ocupadas. Os efeitos nefastos sobre as espécies de fauna, só podia ser avassalador.

Também proveniente do exterior, vai crescendo uma pressão turística que se manifesta pelo visitante de fim-de-semana que de todo desconhece – também sob o ponto de vista patrimonial - o terreno que pisa e que está pouco, ou mesmo nada, habituado, a prescindir do automóvel com que percorre os circuitos mais sugeridos pelos promotores de negócios que esperam obter retornos rápidos para os seus - normalmente fracos de qualidade - investimentos, essencialmente imobiliários. Incidindo nos refúgios de grande importância para as espécies rupícolas, os desportos de aventura ou radicais, são praticados por um número crescente de aficionados que beneficiam de uma quase inexistente vigilância no terreno por parte do Parque Nacional.

A perda generalizada a que se foi assistindo – valores patrimoniais de um espaço classificado e qualidade de vida de quem com ele diariamente convive – explica-se por uma acumulação de equívocos, traduzida em muitas contradições e desencontros. Como explicar que quem persegue os lobos ou as águias, dê o nome destas “feras” aos negócios de cafés ou estalagens que explora? Como compreender que quem vê o Parque como uma instituição intrusa, que só condiciona ou proíbe, não se canse de lembrar que, mais uma vez o seu negócio, se situa dentro dos limites do “único” parque nacional? Como pode por outro o lado o Parque fazer prevalecer um discurso conservacionista, se instituição nunca se “misturou” com a população, para desenvolver projectos do, e no, interesse comum? Tal implicaria ir para um terreno que raramente trilha, ou, quando acontece, fá-lo numa abordagem distante da população.

O Poder Local, por seu lado, não pode defender um “turismo de qualidade”, diferenciado, reclamando por um lado o reconhecimento do grau de excepção com que deve ser encarado este espaço natural também inserido no seu Concelho, e não admitindo, por outro, que a salvaguarda do que realmente o distingue, recomenda medidas de protecção que não toleram agressões já consumadas em regiões vizinhas, mas das quais não se quer ficar atrás em questões de “desenvolvimento”. Desenvolvimento medido pelo número de camas disponíveis nas unidades hoteleiras, pelo número de veículos e visitantes a circular nas estradas e pela largura e extensão destas vias com que se facilitam os almejados “crescimentos”.

Não se podem criar estruturas objectivamente destinadas ao desenvolvimento de projectos de conservação da natureza e depois desviar a sua vocação para acções que pouco ou nada têm a ver com a preservação das espécies e dos ecossistemas de que dependem. A estrutura do Estado encarregue de zelar pelo Ambiente, não pode consumir verbas em iniciativas que em nada beneficiam a preservação dos ecossistemas e depois alegar a falta de meios como razão primeira para nada poder fazer, o que invariavelmente acontece, sempre que são confrontados com a inoperância e a ineficácia da sua intervenção.

Estes e muitos outros factores – como a persistência da prática da caça no seu interior - encaminham o Parque Nacional para um ponto sem retorno, que será atingido se a

integridade do seu território – característica preciosa num país com grandes problemas de ocupação do território – for posta em causa.

Será possível inverter o rumo de degradação em que o Parque Nacional - desde sempre - se encontra mergulhado? Será possível uma coabitação em que ambas as partes – Homem e fauna selvagem – saiam beneficiadas? Será possível o regresso de algumas espécies entretanto desaparecidas? Em todos os casos a resposta é afirmativa.

Para tal impõe-se uma mudança generalizada de comportamentos. Da parte do Parque Nacional, do Poder Local, da população residente, do visitante. O ponto em que todos devem convergir - porque todos sairão beneficiados – é a conservação da natureza deste espaço classificado. O património natural tem que ser convenientemente valorizado. Tal implica condicionamentos para os usufruidores, porque se queremos recolher ovos de ouro, não nos podemos sentar em cima da galinha. Em muitos casos, é lícito cobrar serviços, uma forma de se dar valor ao que se usufrui. A população residente também tem que sentir no bolso as vantagens da preservação do Meio em que vive. Tal implica envolvê-la nos projectos e com ela repartir os lucros que, mais cedo que tarde, advirão do seu desenvolvimento. Os pastores não podem esperar anos a fio para receber as indemnizações dos danos causados pelo lobo.

Há emprego que pode ser fomentado em torno das espécies emblemáticas – seguimento de populações, visitas guiadas, exploração de pontos de observação de fauna e de cercados alimentadores de aves necrófagas e mamíferos carnívoros, acções de vigilância e prevenção... Uma correcta reflorestação com espécies autóctones trará benefícios múltiplos. A produção de frutos silvestres poderá ser uma fonte de rendimento para produtores residentes e não deixará de favorecer as espécies selvagens. O retorno do investimento em medidas que fomentem a produção de madeiras nobres levará mais tempo a obter, mas é fundamental para a salvaguarda do Parque Nacional, cumprindo um papel fulcral na fixação das gerações futuras que queiram coexistir nos seus espaços.

Esta mudança de abordagem tem que assentar no desenvolvimento de uma estratégia de conservação a longo prazo, não condicionada pelas alterações sistemáticas do poder político. O ordenamento do território, no que respeita à usufruição dos seus recursos, é uma questão fundamental. Há acessos rodoviários cuja utilização tem que ser condicionada, a prática da caça deve caminhar para a extinção, zonas de maior sensibilidade e interesse natural têm que ficar libertas de um pastoreio que também ele deve ser controlado. Há que apurar a quem pertence de facto todo o gado que actualmente pressiona o território.

Ao visitante deve ser exigido que se submeta às limitações impostas pela preservação de um espaço de valor singular. Não colhe a ideia de que o património que não pode ser usufruído pelo homem não merece ser preservado. A questão está em saber, em cada caso, como ele pode e deve ser preservado, para que no futuro se possa continuar a usufruí-lo. Há que definitivamente admitir, que, nalguns casos impõem-se interdições totais de circulação de pessoas, salvo para intervenções que visem o alcance de objectivos que claramente justificam essas intromissões. A formação, a educação ambiental de quem presta serviços no Parque, ou deles é destinatário, revela-se uma prioridade. Só uma opinião pública conhecedora e esclarecida pode permitir a salvaguarda futura do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

MIGUEL DANTAS DA GAMA / FAPAS
2006, 10 de Abril

JORNADAS DE DEBATE SOBRE BIODIVERSIDADE E MUNDO RURAL
Perspectivas e Estratégias de Conservação da Fauna Selvagem
Jardim Botânico do Porto, 22 e 23 de Abril 2006